

## PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS DO VALE DO ITAJAÍ FRENTE A ADOÇÃO DAS IFRS PELAS PMES DE SANTA CATARINA

*PERCEPTION OF PROFESSIONAL ACCOUNTING VALLEY ITAJAÍ FACING THE ADOPTION OF IFRS FOR SMEs SANTA CATARINA*

Franciele Beck<sup>1</sup>  
Fernanda Kreuzberg<sup>2</sup>  
Andréia Carpes Dani<sup>3</sup>  
Nayane Thais Krespi<sup>4</sup>  
Tarcísio Pedro da Silva<sup>5</sup>

**RESUMO:** Esta pesquisa buscou verificar a percepção dos profissionais contábeis frente a adoção das IFRS pelas pequenas e médias empresas do estado de Santa Catarina, tendo em vista a incipiência do tema no âmbito internacional de convergência das práticas contábeis. Para tanto, foi formulado um questionário com questões fechadas relacionadas à adoção das IFRS pelas pequenas e médias empresas brasileiras. Este foi enviado aos profissionais de contabilidade atuantes nos escritórios do Vale do Itajaí (região do estado de Santa Catarina), na qual compôs uma amostra de 19 profissionais. Conforme os resultados da pesquisa verificou-se que o grau de importância atribuído pelos contabilistas aos aspectos relacionados à adoção das IFRS PME, foi possível observar que das cinco habilidades sugeridas como resposta, todas tiveram uma excelente aceitação por parte dos respondentes. Cabe ressaltar, a capacidade de aprender, pensar, interpretar e construir raciocínios e para conhecimentos multidisciplinares, duas competências que foram muito bem-aceitas pelos respondentes, mas que não existem sem aperfeiçoamento científico. Por fim, através da análise dos resultados apontados pela escala “Best-Worst”, concluiu-se que dentre os principais aspectos contidos na métrica utilizada, na perspectiva dos contadores, todos os 17 aspectos relacionados à adoção da IFRS PME apresentaram um índice de importância acima de (0,50), ou seja, refletindo que não há aspectos compreendidos como não impactantes em relação a adoção do CPC PME.

**PALAVRAS-CHAVE:** PME. Normas internacionais de contabilidade. Percepção dos Contadores.

**ABSTRACT:** *This research analyzes the perceptions of accounting professionals facing the adoption of IFRS for small and medium enterprises in the state of Santa Catarina, in view of the paucity of the issue within the international convergence of accounting practices. Was formulated a questionnaire with closed questions related to the adoption of IFRS for small and medium-sized Brazilian companies. This was sent to accounting professionals working in the offices of Vale do Itajaí ( region of the state of Santa Catarina ), in which a sample composed of 19 professionals. As the results of the research it was found that the degree of importance assigned by accountants to aspects related to the adoption of IFRS SMEs, it was observed that the five skills suggested in response, all had an excellent acceptance by the respondents. It is worth mentioning, the ability to learn, think, interpret and construct arguments and multidisciplinary knowledge, two skills that were very well accepted by respondents, but there are no scientific improvement. Finally, through the analysis of the results indicated by the scale “Best-Worst”, it was concluded that among the main points contained in the metric used, in view of the counters, all 17 aspects*

1 Mestre em Ciências Contábeis (FURB). E-mail: beck.franciele@gmail.com

2 Mestre em Ciências Contábeis (FURB). E-mail: fernandakreuzberg@gmail.com

3 Mestre em Ciências Contábeis (FURB). E-mail: andreiacarpesdani@gmail.com

4 Mestre em Ciências Contábeis (FURB). E-mail: nayanethais@hotmail.com

5 Doutor em Ciências Contábeis e Administração (FURB). Professor do PPGCC/FURB. E-mail: tarcisio@furb.br

related to the adoption of IFRS SMEs showed an importance index above (0,50), reflecting that there are no striking features as understood in relation to the adoption of CPC SME.

**KEYWORDS:** SMEs. International accounting standards. Counters.

---

## 1 INTRODUÇÃO

---

Diante desse processo de convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais, verifica-se que ocorreram diversas mudanças ambientais, estruturais e contábeis nas empresas em virtude do acompanhamento dessa evolução nos negócios, por meio do CPC PME no Brasil. “O ambiente legal e econômico a que estão sujeitas as empresas brasileiras dificultam a prática do comércio e a realização de negócios, porém acabam por preparar as empresas a enfrentarem ambientes semelhantes” a outros mercados (CAMPOS et al., 2008, p. 14).

Nesse contexto, o CPC delinea que o termo PME (pequenas e médias empresas), caracteriza-se como, [...] sociedades por ações fechadas (sem negociação de suas ações ou outros instrumentos patrimoniais ou de dívida no mercado e que não possuam ativos em condição fiduciária perante um amplo grupo de terceiros) [...] mesmo que obrigadas à publicação das demonstrações contábeis. Num contexto global, Campos et al. (2008) aponta que a caracterização das PMEs varia conforme a metodologia adotada em cada país. No caso do Brasil, que é caracterizado como um país em desenvolvimento, o ambiente em que atua tais organizações “é melhor descrito de acordo com a forma de propriedade, grau de informalidade, poder de mercado e nível de sofisticação tecnológica, que não está sempre correlacionado com o tamanho da firma” (CAMPOS et. al., 2008, p. 4).

Prado et al. (2011, p. 1) salienta que “a convergência aos IFRS tem sido um desafio dispendioso, mesmo para grandes empresas, o que permite inferir que esta dificuldade possa afetar, em maiores proporções, as PME”. Diante das considerações delineadas, apresenta-se a seguinte questão de pesquisa: *Qual a percepção dos profissionais contábeis frente a adoção das IFRS pelas pequenas e médias empresas do estado de SC?*

Nesse sentido, busca-se investigar a percepção dos profissionais da contabilidade frente a adoção das IFRS pelas pequenas e médias empresas.

Ressalta-se o exposto por Campos et al. (2008), sobre a participação desse segmento no desenvolvimento econômico do Brasil, além da sua representatividade territorial e populacional. O autor ressalta ainda, que o “interesse pelas Micro, Pequenas e Médias Empresas tem aumentado devido ao fato de o papel desempenhado pelas mesmas na criação líquida de empregos, até mesmo em períodos de recessão” (CAMPOS et. al., 2008, p. 5)

Ademais, Chtourou, Cruz e Delgado (2006, p. 13) “as necessidades da PME em relação às informações sobre o mercado e a sua atividade no exterior são tão mais importantes quando estas estão engajadas no processo de ”.

---

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

---

Neste tópico apresenta-se o marco teórico da pesquisa, na qual será abordado aspectos relativos à caracterização das PME, processo de harmonização contábil voltado para as PME, e por fim acrescenta-se alguns estudos anteriores internacionais e nacionais que abordam o processo de aplicação das normas internacionais de contabilidade para as PMEs.

---

### 2.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PME

---

Conforme definição estabelecida pelo Pronunciamento Técnico PME na seção 1.2 as pequenas e médias empresas são aquelas que “a) não tem obrigação pública de prestação de contas; e b) elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos.” Neste caso

são considerados como sendo usuários externos os proprietários, desde que não estejam inseridos na administração da empresa, assim como credores e agências concessionadoras de crédito.

Porém, a definição de micro e pequena empresa pode divergir da definição do IAS, pois cada país adota uma metodologia diferenciada, alguns países adotam a caracterização pelo número de funcionários, outras pelo tamanho do mercado. Na Europa e Reino Unido, por exemplo, são consideradas pequenas empresas, aquelas cujo número de funcionário é menor que 50 e menor que 250 funcionários para as médias empresas. Na Nova Zelândia, pequenas e médias empresas são consideradas aquelas com menos de 20 funcionários e na Austrália as pequenas empresas, são as que possuem menos de 20 funcionários e menos de 200 para as médias empresas (SAMUJH, 2007). No Brasil por sua vez, de acordo com o estabelecido pelo SEBRAE são também classificadas pelo setor de Indústria e Construção e de Comércio e Serviços, dessa forma são consideradas microempresas do setor de indústria e construção cujo número de funcionários seja inferior a 19 e para os setores de comércio e serviços inferiores a 9 funcionários. Por outro lado, a caracterização de pequenas empresas da indústria e comércio possuem entre 20 e 99 funcionários, e as empresas classificadas em comércio e serviços possuem entre 10 e 49 funcionários (PRADO et al., 2011).

Ao encontro de Campos et al. (2008) a definição de PME, em países onde a economia é mais desenvolvida, por exemplo nos Estados Unidos identifica-se como aqueles com menos de 500 funcionários. Porém em países que ainda estão em fase de desenvolvimento as PME possuem um número inferior a 250 funcionários. Campos et al. (2008, p. 4) complementa que “o ambiente que caracteriza tais organizações é melhor descrito de acordo com a forma de propriedade, grau de informalidade, poder de mercado e nível de sofisticação tecnológica, que não está sempre correlacionado com o tamanho da firma”.

Independente do critério adotado a PME são de grande importância para economia mundial, decorrente disso surge a necessidade da criação de uma norma específica. Na Europa, segundo os dados da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) as PME representam cerca de 95% das empresas em todo mundo (MANDILAS, ET AL., 2010). No Brasil as micro e pequenas empresas reportam 99,2% das organizações formais no país, gerando quase 60% do total de empresas, demonstrando assim, sua relevância na economia de um país (PRADO et al., 2011).

As pequenas e médias apresentam uma contribuição para a economia, sendo as principais impulsionadoras do crescimento, criação de postos de trabalho, bem como da concorrência (WORLD BANK, 2010). Campos et al. (2008) corrobora que as pequenas e médias empresas são fontes importantes de inovação.

A partir de 1º de janeiro de 2010 entrou em vigor a Resolução do CFC nº 1.225/09, que aprovou a NBC TG 1000 – Norma de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Dessa forma Prado et al. (2011) corroboram que a partir da emissão do CPC para as pequenas e médias empresas, estas foram introduzidas no âmbito da convergência das normas de contabilidade brasileiras ao padrão internacional. De acordo com o Pronunciamento Técnico as PME geralmente produzem demonstrativos contábeis apenas para a finalidade de uso do proprietário ou administrador, bem como para órgãos fiscais, contudo estas não são tomadas como demonstrações para fins gerais.

---

## 2.2 HARMONIZAÇÃO CONTÁBIL VOLTADA PARA AS PME

---

A harmonização das práticas contábeis, temática que vem recebendo cada vez mais foco no âmbito empresarial e acadêmico, surgiu por causa da necessidade de se alcançar maior transparência, melhorar a qualidade e comparabilidade da informação financeira, bem como reduzir a assimetria da informação (CHOI; FROST; MEEK, 2002; BEUREN; KLANN, 2008; PRATHER-KINSEY; JERMAKOWICZ; VONGPHANITH, 2008).

O atual cenário da globalização traz como exigência a adoção de normas contábeis internacionais, para que a melhoria na compreensão das informações contábeis (NETO; DIAS;

PINHEIRO, 2009). Segundo Weffort (2005, p. 21), a definição de harmonização contábil concentra-se no entendimento de que se refere a “[...] um processo pelo qual, vários países de comum acordo, realizam mudanças expressivas nos seus sistemas contábeis, tornando-os compatíveis, e respeitando as peculiaridades de cada região”.

Rodrigues e Craig (2007) comentam que as empresas globais e multinacionais conferiram forte apoio à harmonização internacional das práticas contábeis. Esse apoio é caracterizado entre outros, pelos claros benefícios decorrentes da implantação das IFRS em seus relatórios consolidados, por exemplo, em virtude de facilitar a análise dos relatórios por parte dos investidores internacionais. (RODRIGUES; CRAIG, 2007; KLANN, 2007).

Apesar de as normas internacionais de contabilidade aplicarem-se a princípio a empresas de grande porte, que atuam no mercado de capitais e divulgam suas informações financeiras, verifica-se um forte movimento no contexto das pesquisas acadêmicas em diversos países para que essas normas alcancem, e sejam aplicadas a todas as empresas, independentemente de apresentarem negociação de ações em bolsas (JERMAKOWICZ; GORNIK; TOMASZEWSKI, 2006; RODRIGUES; CRAIG, 2007; MANDILAS, et al., 2010).

A expansão inerente das normas internacionais de contabilidade às pequenas e médias empresas recebeu a atenção do IASB em virtude do impacto que estas empresas apresentam na economia (MANDILAS, et al., 2010). Na União Europeia, por exemplo, configuram-se como a maioria das empresas, conforme destaca Jermakowicz, Gornik e Tomaszewsk (2006, p. 171) “as normas do IASB serão exigidas para as demonstrações financeiras consolidadas de aproximadamente 7.000 empresas listadas, enquanto mais de 7.000.000 PME não listadas provavelmente seguirão os padrões nacionais”. Essa realidade, busca ser alterada a partir da implementação de um conjunto de normas contábeis internacionais aplicáveis às PME, no intuito de proporcionar maior transparência e comparabilidade entre as demonstrações financeiras das empresas, para suas diversas finalidades.

Assim como os benefícios pela implementação das normas internacionais de contabilidade a todas as empresas se apresenta um consenso por parte dos pesquisadores levantados. Também se argumenta em seus estudos a necessidade de um conjunto de normas contábeis aplicáveis às PME, que obtenham informações comparáveis proporcionadas pela IFRS aplicadas às empresas de grande porte, e ao mesmo tempo atendam às características específica desse conjunto de empresas, tanto em relação ao custo de implementação, abrangência das transações efetuadas, necessidades dos usuários, entre outros. (JERMAKOWICZ; GORNIK; TOMASZEWSKI, 2006; RODRIGUES; CRAIG, 2007; MANDILAS, et al., 2010). Karamanoy e Nishiotis (2005) complementam que qualidade da padronização contábil não seria apenas apontada pelas políticas da contabilidade, e sim por forças de mercado, motivações institucionais que visam incentivos na elaboração desses demonstrativos de qualidade.

Dessa forma, assume-se que a aplicação de normas internacionais de contabilidade às PME não é uma tarefa fácil, estudos que apontam particularidades desse contexto podem revelar grandes contribuições ao ambiente empresarial e acadêmico. Nesse sentido, objetiva-se para esta pesquisa verificar a percepção dos profissionais contábeis frente a adoção das IFRS pelas pequenas e médias empresas do estado de Santa Catarina. Para a consecução deste objetivo, além deste delineamento teórico, apresentam-se também os estudos já realizados sobre a temática, e que revelam importantes contribuições.

---

### 2.3 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE A HARMONIZAÇÃO CONTÁBIL DAS PMEs

---

Neste tópico apresenta-se a descrição de alguns estudos anteriores realizados em diferentes nacionalidades, que trataram da normatização contábil com foco nas PMEs. Nesse sentido, busca-se situar a pesquisa sobre essa temática, bem como ressaltar as principais contribuições encontradas nos estudos.

O estudo de Samujh (2007) analisou a adoção das normas internacionais pelas PMEs no contexto da Nova Zelândia, verificando as consequências dessa normatização para essas empresas.

Nesse sentido, o autor concerne que a adoção pode trazer mudanças, em relação ao custo de implementação das normas; para maior transparência e responsabilização dos relatórios contábeis de empresas de pequeno porte; alterações nas práticas e mensuração e divulgação das informações.

Sian e Roberts (2009) motivados pelo crescente interesse das entidades de pequeno porte em divulgar informações financeiras por empresas do Reino Unido, bem como em virtude da escassez de pesquisas relacionadas a esse grupo de empresas. Diante disso, os autores buscaram avaliar a demanda potencial e utilidade de relatar as orientações projetadas especificamente para pequenas empresas. Para tanto, foram enviados questionários aos contabilistas que prestam serviços aos proprietários das empresas. Os resultados da pesquisa apontaram que os proprietários são dependentes dos contadores para compreender a normatização internacional e preparação das demonstrações contábeis; para os contadores algumas diretrizes da legislação normativa contábil, não consideram entidades menores. Em suma, os resultados da pesquisa têm implicações para os reguladores que estão agora considerando a possibilidade de elaboração de orientações para as entidades menores.

O estudo realizado por Adela et al., (2009) apresenta um debate sobre a norma contábil focada nas PME no contexto das empresas europeias, salientando a necessidade de haver uma normatização específica para empresas desse segmento, devido às características e necessidades específicas. A investigação realizada com profissionais contábeis e funcionários atuantes em uma PME da Romênia. O estudo concluiu que foram observadas dificuldades pela empresa analisada em adotar a norma, pois os funcionários não estavam familiarizados com a IFRS; ressaltaram que há uma mentalidade tradicional na elaboração das demonstrações e relatórios contábeis; por fim destacam que a diversidade de sistemas contábeis utilizado pela PME, bem como a diferença cultural, não facilitam a simplificação e uniformização dos relatórios contábeis, e não foram considerados apropriados para a adoção da IFRS específica.

A pesquisa de Shimamoto e Reis (2010), sobre a adoção dos padrões internacionais de contabilidade buscou analisar sob a ótica dos profissionais contábeis em relação à convergência contábil. Para a operacionalização da pesquisa, foi enviado um questionário aos profissionais contábeis atuantes no Sindicato dos Contabilistas de Londrina em 2010, onde foram obtidas 61 respostas. Os resultados da pesquisa apontam que a maioria dos profissionais tem conhecimento e está acompanhando o processo de convergência contábil, embora apresentem resistência em promover as mudanças necessárias; na percepção dos profissionais, o processo de convergência está mais relacionado a questões formais, relacionados à nomenclatura dos grupos patrimoniais, do que aspectos conceituais; existe a percepção de que a convergência contábil seria aplicada apenas às grandes empresas (sociedades anônimas), que demonstrou um desconhecimento parcial dos contabilistas das normas internacionais, como o CPC das PMEs, com vigência a partir de 2010; por fim, os autores concluem que a resistência e os possíveis conflitos trazidos por aspectos políticos e de poder podem influenciar, negativamente, a forma pela qual é conduzido o processo de convergência às Normas Internacionais, de acordo com as prerrogativas legais.

Prado et al., (2011) realizou um estudo exploratório que investigou o nível de utilização do CPC PME nas cidades de Araguari, Uberaba e Uberlândia-MG. O estudo teve como objetivo determinar o nível de utilização do Pronunciamento do CPC PME na elaboração das demonstrações contábeis, pelos contadores dessas empresas. Nesse sentido, a amostra foi composta por 77 profissionais responsáveis pela contabilidade dessas empresas na região, que responderam a um questionário composto por 10 questões. Os resultados da pesquisa apontam que a maioria dos profissionais contábeis afirma não ter adotado o Pronunciamento nas empresas em que são responsáveis pela contabilidade e menos da metade desses sequer conhece o conteúdo do CPC PME na íntegra. Ressalta-se ainda, que para os respondentes, o despreparo da classe contábil e a falta de apoio e treinamento por parte dos órgãos representativos são os principais responsáveis pela baixa adesão apresentada. Além disso, observou-se que a falta de previsão legal no Código Civil para essa convergência também ajuda a manter esses baixos índices de adoção do CPC PME.

Diante desses resultados, cabe destacar, dentre os achados do estudo de Prado et al., (2011), as vantagens e desvantagens da adoção do CPC PME pelas empresas, na percepção dos contadores.

**Quadro 1:** Vantagens e Desvantagens da aplicação do CPC PME conforme a percepção dos respondentes do estudo de Prado et al. (2011)

Vantagens	Desvantagens
<b>Para empresas que adotam o CPC PME</b>	
Aproximação das demonstrações financeiras com a real situação da empresa;	Dificuldade do profissional em repassar os custos, em forma de honorários, aos clientes;
Confiabilidade das demonstrações contábeis;	Pequeno prazo para adaptação às novas regras;
Simplificação em relação ao conjunto completo dos IFRS;	Aumento dos custos com mão de obra especializada e controles internos para a empresa;
Padronização às Normas adotadas por mais de 100 países;	Divergência na interpretação de alguns pontos do pronunciamento;
Valorização do Profissional Contábil;	

Fonte: Adaptado de Prado et al. (2011, p.11).

Conforme apresentado no Quadro 1 cabe salientar as vantagens e desvantagens da adoção das IFRS na aplicação do CPC PME, tendo em vista a percepção dos contadores. Dentre estas, Prado et al. (2011) ressaltaram como a vantagem mais relevante a padronização às Normas Internacionais. Em contrapartida, a principal desvantagem apontada foi o curto prazo para a adequação às novas regras, evidenciando que para estes entrevistados tal desvantagem apontou para um consenso.

Diante do exposto, ressalta-se que de modo geral os estudos apresentados evidenciam a carência de pesquisas que tratam da adoção das normas internacionais voltadas as PME, em especial, estudos empíricos. Nesse sentido, encontrou-se apenas o estudo de Prado et al. (2011), no contexto brasileiro.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A classificação metodológica da pesquisa é, no que tange os objetivos, descritiva. Quanto aos procedimentos, a pesquisa é caracterizada como levantamento e no que diz respeito à abordagem do problema a pesquisa é quantitativa. O presente estudo utilizará estatística descritiva e a escala *best worst* para verificar a percepção dos profissionais contábeis a partir das respostas dos questionários.

Assim sendo, definiu-se que a população de pesquisa seriam os profissionais contábeis atuantes no Vale do Itajaí (região do estado de Santa Catarina), que foram contatados por meio de seus escritórios contábeis. Com isso, a amostra da pesquisa está composta por 19 profissionais e foi intencional devido à acessibilidade a estes.

Esse questionário foi enviado aos respondentes por meio de correio eletrônico, no período de dezembro de 2011, janeiro e fevereiro de 2012. Os respondentes receberam via e-mail o link do questionário, que estava em formato *Google Docs*. O questionário estava dividido em dois blocos, sendo o bloco A responsável por descrever as características dos respondentes, e o bloco B de verificar aspectos relacionados à adoção das IFRS pelas PMEs, totalizando 10 questões fechadas. O Quadro 2 descreve esses dois blocos que formam o instrumento utilizado na coleta dos dados.

**Quadro 2:** Estrutura do questionário

<b>Bloco A</b>	<b>Caracterização dos respondentes</b>	Gênero
		Faixa Etária
		Categoria do registro no CRC
		Tempo exercendo a profissão de contador
		Tempo de trabalho em escritório de contabilidade
		Posição no escritório
		Formação acadêmica
		Ciência da conversão das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade
		Competências e habilidades dos profissionais nesse momento de transição
<b>Bloco B</b>	<b>Aspectos relacionados à adoção das IFRS PME</b>	Influência da legislação fiscal
		Subjetividade das orientações do CPC PME
		Influências do proprietário/gestor da empresa
		Qualificação dos profissionais contábeis
		Responsabilidade profissional do contabilista
		Questões institucionais (normalização e fiscalização órgãos reguladores)
		Falta de orientação detalhada para aplicação do CPC PME
		Profissionais contábeis e administrativos com resistência a mudanças
		Dificuldades de treinamento (falta de instrutores e programas de treinamento específico)
		Necessidade de conscientização do aperfeiçoamento profissional dos contabilistas
		Deficiências no ensino de contabilidade
		Oportunidades de valorização da profissão contábil
		Influência do sistema jurídico (conflito entre o sistema contábil, baseado em princípios, e o sistema jurídico, baseado em regras)
		Maior predisposição a realizar escolhas contábeis que beneficiam o interesse da gestão (em função da subjetividade do CPC PME)
		Envolvimento dos setores da empresa para a correta mensuração e evidenciação das informações contábeis
		Adoção espontânea das empresas ao CPC PME
Custos para implementação das mudanças		

Fonte: Adaptado de Souza (2009) e Prado et al (2011).

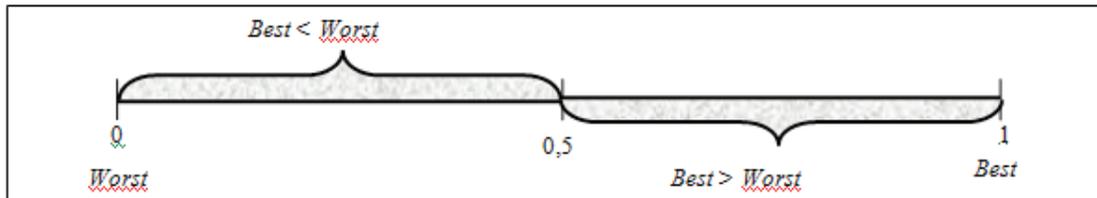
A tabulação das respostas foi efetuada com o auxílio de uma planilha eletrônica, para posterior análise. Essa análise foi feita por estatística descritiva na caracterização da amostra e por meio da escala *Best-Worst* na averiguação das informações que dizem respeito ao processo de adoção das IFRS pelas PMEs.

Com o objetivo de atribuir “graus” de importância às afirmações optou-se por utilizar a escala *Best-Worst*, ou *Maximum Difference Scaling*, consiste no cálculo da diferença da frequência *best* pela frequência *worst* (SAMARTINI, 2006). O mesmo autor descreve que o “grau” de importância é calculado pela equação I.

$$W_i = \frac{\text{frequência "best"} - \text{frequência "worst"} + N}{2N} \quad (I)$$

Os “graus” de importância calculados podem ser representados na forma de gráfico, conforme descrito na Figura 1.

**Figura 2:** Representação dos resultados



Fonte: Elaborado pelos autores

De acordo com a Figura 2 é possível verificar que quanto mais próximo de um o “grau” de importância estiver, maior é a importância atribuída àquela afirmação, ou vice-versa. Assim sendo, com a aplicação dessa técnica será possível elencar quais os pontos são considerados mais importantes para os profissionais contábeis acerca da convergência das PMEs.

#### 4 ANÁLISE E DESCRIÇÃO DOS DADOS

Esta seção apresenta os achados da pesquisa que foi realizada com o objetivo de investigar a percepção dos profissionais de contabilidade frente a adoção das IFRS pelas pequenas e médias empresas, está dividida em duas partes conforme o instrumento de coleta dos dados. Portanto, a primeira parte é responsável por caracterizar os respondentes da pesquisa, ao passo que a segunda parte verifica o “grau” de importância atribuído pelos contabilistas aos aspectos relacionados à adoção das IFRS PME.

Assim sendo, apresenta-se a Tabela 1, que relaciona o gênero e a faixa etária dos respondentes.

**Tabela 1:** Gênero e faixa etária dos respondentes

Faixa Etária	Gênero				Total	(%)
	Masculino	(%)	Feminino	(%)		
Menos de 25 anos	01	05,26	00	00,00	01	05,26
Entre 26 e 35 anos	03	15,79	02	10,53	05	26,32
Entre 36 e 45	07	36,84	02	10,53	09	47,37
Acima de 46 anos	03	15,79	01	05,26	04	21,05
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>73,68</b>	<b>05</b>	<b>26,32</b>	<b>19</b>	<b>100,00</b>

Fonte: dados da pesquisa

Conforme exposto na Tabela 1 é possível verificar que a maioria dos respondentes é do sexo masculino e tem faixa etária entre 36 e 45 anos, por outro lado não houve nenhum respondente que era do sexo feminino com faixa etária de menos de 25 anos.

A Tabela 2 evidencia o tipo de registro do respondente no CRC com seu tempo de atuação na profissão.

**Tabela 2:** Tipo do registro junto ao CRC e tempo de atuação como contador dos respondentes

Tempo de atuação como contador	Tipo de registro junto ao CRC				Total	(%)
	Contador	(%)	Técnico Contábil	(%)		
Menos de 05 anos	02	10,53	03	15,79	05	26,32
Entre 06 e 10 anos	03	15,79	00	00,00	03	15,79
Entre 11 e 20 anos	02	10,53	02	10,53	04	21,05
Entre 21 e 30 anos	04	21,05	00	00,00	04	21,05
Acima de 31 anos	00	00,00	03	15,79	03	15,79
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>57,90</b>	<b>08</b>	<b>42,10</b>	<b>19</b>	<b>100,00</b>

Fonte: dados da pesquisa

A maioria dos respondentes possui registro de contador, entretanto chama a atenção o número de técnicos atuando nos escritórios ainda, de acordo com a Tabela 2. Cabe destacar que 3 respondentes atuam há mais de 31 anos na profissão e possuem apenas registro de técnico. Isso pode sugerir que alguns profissionais não consideram importante o fator de aprimoramento da profissão, visto o largo período em que atuam na condição de técnico.

Por sua vez, a falta de aprimoramento profissional pode gerar uma resistência para com mudanças da área, ou seja, é de se esperar que profissionais com maior conhecimento científico sejam mais receptivos às mudanças, e as encarem de forma mais natural.

A posição ocupada pelos respondentes no escritório e seu tempo de atuação neste são expostos na Tabela 3.

**Tabela 3:** Posição no escritório de contabilidade e tempo de atuação em escritório

Tempo de atuação em escritório de contabilidade	Posição no escritório de contabilidade				Total	(%)
	Sócio	(%)	Empregado	(%)		
Menos de 05 anos	00	00,00	03	15,79	03	15,79
Entre 06 e 10 anos	02	10,53	00	00,00	02	10,53
Entre 11 e 20 anos	08	42,11	01	05,26	09	47,37
Entre 21 e 30 anos	04	21,05	00	00,00	04	21,05
Acima de 31 anos	01	05,26	00	00,00	01	05,26
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>78,95</b>	<b>04</b>	<b>21,05</b>	<b>19</b>	<b>100,00</b>

Fonte: dados da pesquisa

Segundo a Tabela 3, a maioria dos respondentes atua como sócio do escritório em que trabalho e ainda, está nesse local por um período compreendido entre 11 e 20 anos. A pequena quantidade de empregados que responderam à pesquisa, pode atribuir maior confiabilidade às respostas, haja vista que o sócio está mais integrado aos assuntos que dizem respeito ao trabalho.

Por sua vez, a Tabela 4 relaciona a ciência dos respondentes em relação à conversão das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade com a titulação.

**Tabela 4:** Titulação e ciência da conversão contábil dos respondentes

Titulação	Ciência da conversão das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade				Total	(%)
	Sim	(%)	Não	(%)		
Especialização	07	36,84	01	05,26	08	42,11
Mestrado	00	00,00	01	05,26	01	05,26
Doutorado	00	00,00	00	00,00	00	00,00
Pós-doutorado	00	00,00	00	00,00	00	00,00
Não possui pós-graduação	08	42,11	02	10,53	10	52,63
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>78,95</b>	<b>04</b>	<b>21,05</b>	<b>19</b>	<b>100,00</b>

Fonte: dados da pesquisa

Conforme a Tabela 4, a maioria dos respondentes tinha ciência da convergência contábil, entretanto destaca-se que a maioria não tem nenhum tipo de pós-graduação, fato que preocupa. De acordo com o comentado anteriormente, a falta de interesse pela busca de conhecimento científico pode gerar resistência para com as mudanças.

Outro fato relevante é o desconhecimento de quatro respondentes acerca do processo de convergência específico das pequenas e médias empresas, visto que esse já é um processo longo cuja obrigatoriedade passou a ser exigida em 2010. Esse fator espelha a falta de conhecimento científico evidenciada com a pesquisa.

A Tabela 5 apresenta as competências e habilidades que os respondentes julgaram importantes para os profissionais contábeis nesse momento de transição.

**Tabela 5:** Competências e habilidades dos profissionais no momento de transição

Competências e habilidades dos profissionais nesse momento de transição	Respondentes	(%)
Capacidade de aprender, pensar, interpretar e construir raciocínios	17	29,31
Postura pró-ativa	12	20,69
Conhecimento multidisciplinar (finanças, economia, direito, etc.)	15	25,86
Maior conhecimento do negócio da empresa	13	22,41
Outras	01	01,73
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>100,00</b>

Fonte: dados da pesquisa

Das cinco habilidades sugeridas como resposta, todas tiveram uma excelente aceitação por parte dos respondentes, de acordo com os dados apresentados na Tabela 5. Destaque para a capacidade de aprender, pensar, interpretar e construir raciocínios e para conhecimentos multidisciplinares, duas competências que foram muito bem-aceitas pelos respondentes, mas que não existem sem aperfeiçoamento científico.

As duas habilidades mais consideradas pelos respondentes, são justamente aquelas que não são possíveis de desenvolver sem se aprimorar conhecimentos teóricos, portanto percebe-se uma contradição entre o discurso e a prática dos profissionais contábeis no cotidiano dos escritórios.

A Tabela 6 apresenta a escala “*best-worst*” calculada para verificar o “grau” de importância atribuído pelos respondentes aos aspectos relacionados à adoção das IFRS PME.

**Tabela 6:** Escala “*best-worst*”

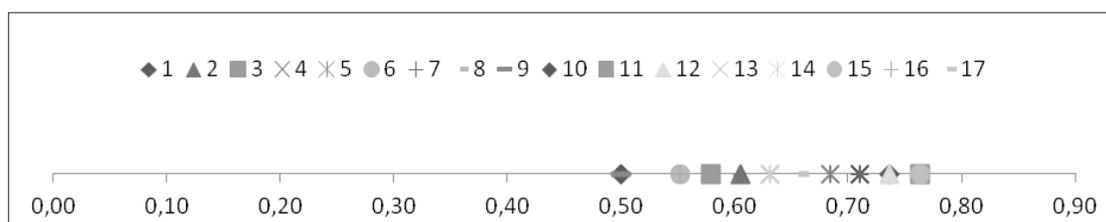
	<b>Aspectos relacionados à adoção das IFRS PME</b>	<b>Frequência “Best”</b>	<b>Frequência “Worst”</b>	<b>W</b>
1	Influência da legislação fiscal	2	2	0.50
2	Subjetividade das orientações do CPC PME	5	1	0.61
3	Influências do proprietário/gestor da empresa	4	1	0.58
4	Qualificação dos profissionais contábeis	9	1	0.71
5	Responsabilidade profissional do contabilista	8	1	0.68
6	Questões institucionais (normalização e fiscalização órgãos reguladores)	8	0	0.71
7	Falta de orientação detalhada para aplicação do CPC PME	4	2	0.55
8	Profissionais contábeis e administrativos com resistência a mudanças	5	0	0.63
9	Dificuldades de treinamento (falta de instrutores e programas de treinamento específico)	2	2	0.50
10	Necessidade de conscientização do aperfeiçoamento profissional dos contabilistas	10	1	0.74
11	Deficiências no ensino de contabilidade	11	1	0.76
12	Oportunidades de valorização da profissão contábil	10	1	0.74
13	Influência do sistema jurídico (conflito entre o sistema contábil, baseado em princípios, e o sistema jurídico, baseado em regras)	6	1	0.63
14	Maior predisposição a realizar escolhas contábeis que beneficiam o interesse da gestão (em função da subjetividade do CPC PME)	5	0	0.63

15	Envolvimento dos setores da empresa para a correta mensuração e evidenciação das informações contábeis	10	0	0.76
16	Adoção espontânea das empresas ao CPC PME	4	2	0.55
17	Custos para implementação das mudanças	6	0	0.66

Fonte: dados da pesquisa

Inicialmente apresenta-se as frequências “best” e “worst”, que são a quantidade de vezes que aparece a melhor e a pior resposta possível respectivamente. Em seguida, apresenta-se o “grau” de importância calculado. Na Figura 3, apresenta-se esse “grau” de importância em um gráfico, com o intuito de facilitar a visualização dos importantes e dos mais importantes.

**Figura 3:** Gráfico da escala “Best-Worst”



Fonte: dados da pesquisa

A delimitação dos principais aspectos, ou seja, os mais importantes em se tratando da adoção do CPC PME pontuam-se conforme a métrica empregada na identificação dos índices que mais se aproximaram de (1) na escala apresentada. Nesse sentido, verifica-se na figura 3, que na perspectiva dos contadores, todos os 17 aspectos relacionados à adoção do CPC PME apresentaram um índice de influência acima de (0,50), ou seja, refletindo que não há aspectos compreendidos como não impactantes em relação à adoção do CPC PME.

Dessa forma, os aspectos aos quais fora atribuída pelos respondentes a característica de maior influência apresentam-se respectivamente: deficiências no ensino de contabilidade; e envolvimento dos setores da empresa para a correta mensuração e evidenciação das informações contábeis com índice de (0,76); a necessidade de conscientização do aperfeiçoamento profissional dos contabilistas; e as oportunidades de valorização da profissão contábil com índice de (0,74); qualificação dos profissionais contábeis (0,71). Esses resultados caracterizam por tanto, contribuições em relação a percepção dos profissionais de contabilidade frente a adoção das IFRS pelas pequenas e médias empresas do estado de Santa Catarina.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou verificar a percepção dos profissionais contábeis frente a adoção das IFRS pelas pequenas e médias empresas do estado de Santa Catarina, tendo em vista a incipiência do tema em âmbito nacional, bem como a participação das empresas desse segmento num momento de internacionalização dos mercados.

Diante do delimitado, fez-se necessário abordar no marco teórico desta pesquisa a caracterização das PMEs, além de se tratar sobre o processo de harmonização contábil voltado para essas empresas, e por último apresentou-se alguns estudos nacionais e internacionais voltados para as PMEs, com o intuito de ressaltar a incipiência do tema, especialmente, em pesquisas nacionais.

Além disso, os achados dos estudos anteriores apontam, de maneira geral, que existe resistência na aplicação da norma, bem como que em vários casos os contadores não detêm entendimento completo sobre a mesma.

Para tanto, foi formulado um questionário com questões fechadas relacionadas à adoção das IFRS pelas pequenas e médias empresas brasileiras. Esse foi enviado aos profissionais de contabilidade atuantes nos escritórios do Vale do Itajaí (região do estado de Santa Catarina), na qual compôs uma amostra de 19 profissionais ativos.

Conforme os resultados da pesquisa verificou-se, inicialmente, o grau de importância atribuído pelos contabilistas aos aspectos relacionados à adoção das IFRS PME. Observou-se que das cinco habilidades sugeridas como resposta, todas tiveram uma excelente aceitação por parte dos respondentes. Das cinco habilidades sugeridas como resposta, todas tiveram uma excelente aceitação por parte dos respondentes. Cabe ressaltar, a capacidade de aprender, pensar, interpretar e construir raciocínios e para conhecimentos multidisciplinares, duas competências que foram muito bem-aceitas pelos respondentes, mas que não existem sem aperfeiçoamento científico.

Além disso, verificou-se que as duas habilidades mais consideradas pelos respondentes, são justamente aquelas que não são possíveis de desenvolver sem se aprimorar conhecimentos teóricos, portanto percebe-se uma contradição entre o discurso e a prática dos profissionais contábeis no cotidiano dos escritórios.

Por fim, por meio da análise dos resultados efetuada pela escala “Best-Worst”, foi possível concluir que dentre os principais aspectos contidos na métrica utilizada, na perspectiva dos contadores, todos os 17 aspectos relacionados à adoção do CPC PME apresentaram um índice de importância acima de (0,50), ou seja, refletindo que não há aspectos compreendidos como não impactantes em relação à adoção do CPC PME.

Dessa forma, os aspectos aos quais foram atribuída pelos respondentes a característica de maior importância apresentam-se respectivamente: deficiências no ensino de contabilidade; e envolvimento dos setores da empresa para a correta mensuração e evidenciação das informações contábeis com índice de (0,76); a necessidade de conscientização do aperfeiçoamento profissional dos contabilistas; e as oportunidades de valorização da profissão contábil com índice de (0,74); qualificação dos profissionais contábeis (0,71).

Como recomendações para futuras pesquisas, sugere-se que sejam realizados outros estudos empíricos, verificando-se a percepção dos respondentes de diferentes estados brasileiros, comparando-se as percepções. Além disso, pode-se ampliar o instrumento com questões que não foram contempladas neste estudo.

## REFERÊNCIAS

ADELA, D.; IRIMIE, P.; ANUȚA, B.; MELINDA, F. **Aspecte conceptuale si tehnice privind viitoare reglementari contabile pentru IMM-uri in Europa**. In: *MPRA Paper* n. 14778, 2009. Disponível em: <<http://mpr.ub.uni-muenchen.de/14778/>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2012.

BEUREN, I. M.; KLANN, R. C. **Análise dos reflexos das divergências entre IFRS e US GAAP na evidenciação contábil de empresas inglesas listadas na LSE**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA/USP, 2008.

CAMPOS, José Guilherme Ferraz De; NISHIMURA, Augusto Takerissa; RAMOS, Heidy R.; CHEREZ, Rodrigo Leandro; SCALFI, Vivian Borges. **As pequenas e médias empresas no Brasil e na China: uma análise comparativa**. In: Seminário da Administração, 11. 2008, *Anais...* São Paulo: Semead, 2008. CD-ROM.

CHOI, F. D. S; FROST, C. A.; MEEK, G. K. **International accounting**. 4th ed. New Jersey: Prentice-Hall, 2002.

CHTOUROU, W.; CRUZ, L. B.; DELGADO, N. A. **Perfis e Desafios Informativos no Processo de Internacionalização de PMEs.** In: Encontro da ANPAD, Salvador, 2006. *Anais...* EnANPAD, 2006.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC (Brasil). **Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.** Disponível em: <[http://www.cpc.org.br/pdf/CPC\\_PME.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_PME.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2012.

JERMAKOWICZ, E. K.; GORNIK-TOMASZEWSKI, S. Implementing IFRS from the perspective of EU publicly traded companies. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, v. 15, p. 170-196, 2006.

KARAMANOY, Irene; NISHIOTIS, George. **The valuation effects of firm voluntary adoption of International Accounting Standards.** 2005. Disponível em: <[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=676328](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=676328)>. Acesso em: 15 fev. 2012.

KLANN, R. C. **Impactos das Diferenças de Normas Contábeis Brasileiras, Americanas e Internacionais em Indicadores de Desempenho de Empresas.** Dissertação apresentada como requisito ao grau de Mestre em Ciências Contábeis no Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Regional de Blumenau, 2007.

MANDILAS, A., NIKOLAIDIS, M., VALSAMIDIS, S., NIKOLAIDIS, A. An Empirical Study on the Adoption of IFRS for SMEs: the Case of Kavala, Greece. *Management of International Business and Economic Systems (MIBES)*. International Conference. Kavala-Grécia. P. 409-432, 2010.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2007.

NETO, João Estevão Barbosa; DIAS, Warley de Oliveira; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Impacto da convergência para as IFRS na análise financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto. *Revista Contabilidade Vista & Revista*. v. 20, n.4 Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, pp. 131-153, 2009.

PRADO, T. A. R.; TEIXEIRA, B. R.; BERNARDINO, F. F. M.; LEMES, S. **A utilização do pronunciamento do CPC para as pequenas e médias empresas: um estudo nas cidades de Araguari, Uberaba e Uberlândia - MG.** In: XIV SEMEAD – Seminário em Administração FEA- USP, São Paulo. *Anais...* SEMEAD, São Paulo, 2011.

PRATHER-KINSEY, Jenice; JERMAKOWICZ, Eva K.; VONGPHANITH, Thierry. **Capital Market Consequences of European Firms' Mandatory Adoption of IFRS.** 2008. Disponível em: <<http://www.business.illinois.edu/accountancy/research/vkzcenter/conferences/warsaw/papers/Kinsey.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

RAUPP, F. M. BEUREN, I. M. Caracterização da pesquisa em contabilidade. In. BEUREN, I. M. (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2001.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

RODRIGUES, L. L.; CRAIG, R.. Assessing international accounting harmonization using Hegelian dialectic, isomorphism and Foucault. *Critical Perspectives on Accounting* vol. 18, p. 739–757, 2007.

SAMARTINI, A. L. S. **Modelos com variáveis aplicados à mensuração de importância de atributos.** 2006. 154f. Tese (Doutorado em Administração) Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

SAMUJH, R. H. IFRS for SMEs: a New Zealand perspective. In: *The University of Waikato*, n. 96, jul. 2007. Disponível: <[http://researchcommons.waikato.ac.nz/bitstream/handle/10289/1669/Accounting\\_wp\\_96.pdf?sequence=1](http://researchcommons.waikato.ac.nz/bitstream/handle/10289/1669/Accounting_wp_96.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 12 fev. 2012.

SHIMAMOTO, L. S.; REIS, L. G. Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade: uma análise sob a perspectiva dos profissionais contabilistas. **Revista de Estudo Contábeis**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 90-105, jul/dez., 2010.

SIAN, S; ROBERTS, C. UK small owner-managed businesses: accounting and financial reporting needs. In: **Journal of Small Business and Enterprise Development**, v. 16, n. 2, p. 289-305, 2009. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?issn=1462-6004&volume=16&issue=2&articleid=1793328&show=html&PHPSESSID=994ploj2rup979fe8bvs63l532>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

SOUZA, R. G de. **Normas Internacionais de Contabilidade**: percepções dos profissionais quanto às barreiras para a sua adoção no Brasil. 2009. 129f. Dissertação. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009.

WEFFORT, E. F. J. **O Brasil e a harmonização contábil internacional**: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado. São Paulo: Atlas, 2005.

WORLD BANK. **Doing Business Brasil**. 2010. Disponível em <[http://portugues.doingbusiness.org/~/\\_/media/FPDKM/Doing%20Business/Documents/Annual-Reports/Overview/DB10-verview-Portuguese.pdf](http://portugues.doingbusiness.org/~/_/media/FPDKM/Doing%20Business/Documents/Annual-Reports/Overview/DB10-verview-Portuguese.pdf)> Acesso em: 15 fev. 2012.